

# **POR UMA DIVERSIDADE DE ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS NA ANÁLISE DE PEQUENAS CIDADES**

Shanti Nitya MARENGO<sup>1</sup>

Rainer Beijes FERREIRA<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Neste artigo intencionamos discutir teoricamente as pequenas cidades, abordando as dificuldades de se trabalhar com a realidade complexa delas. Citamos diversos autores (Santos, Fresca, Maia, Henrique, Gomes, etc.) que tratam do tema, apontando suas convergências e divergências. Desses autores, observamos, por exemplo, o esforço de superação dos critérios quantitativos e funcionais – por muitos considerados insuficientes, mas não inválidos – para fins de classificação, com o intuito de contemplar a diversidade que as pequenas cidades apresentam na realidade. Descrevemos também como alguns, com o objetivo de entender a complexidade das pequenas cidades, utilizam abordagens teórico-metodológicas que os aproximam das mesmas através da categoria geográfica lugar, relacionada ao espaço vivido. Dessa forma, conseguem penetrar nos cotidianos das pequenas cidades, através de metodologias como observação direta, fotografia, entrevistas, etc. Por fim, afirmamos a importância das iniciativas que visam se aproximar da realidade das pequenas cidades, valendo-se de instrumentos teórico-metodológicos adequados para considerarem outras dimensões, além da econômica, que também lhes são constitutivas.

**Palavras Chaves:** Pequenas cidades. Abordagens teórico-metodológicas. Metodologias.

---

<sup>1</sup> Graduado (na Unicamp) e Mestre (na UFBA) em Geografia. Doutorando em Geografia, desde de 2011, na UFBA. Membro do grupo de estudo Citeplan e bolsista Fapesb.

<sup>2</sup> Graduando em Geografia na UFBA. Membro do grupo de estudo Citeplan, estudante de iniciação científica.

## **FOR A DIVERSITY OF THEORETICAL AND METHODOLOGICAL APPROACHES IN ANALYSING OF SMALL CITIES**

### **ABSTRACT:**

In this article we intend to discuss theoretically small cities by addressing the difficulties of working with their complex reality. We have mentioned several authors such as Santos, Fresca, Maia, Henrique, Gomes, etc, who deal with this issue, pointing out their similarities and differences. We observe, from these authors, for instance, the effort to overcome the quantitative and functional criteria - considered insufficient by lots of authors, but not invalid - for classification purposes, to encompass the diversity that small cities have in reality. In order to understand the complexity of the small cities, we also describe how some authors use theoretical and methodological approaches that approximate them to small cities by geographic category place, related to the lived space. Thus, they are able to penetrate into everyday lives of the small cities, through methodologies such as direct observation, photography, interviews, etc. Finally, we claim the importance of initiatives that aim to approach the reality of small cities, making use of appropriate theoretical and methodological tools to consider other dimensions, beyond economics, which are also constitutive of them.

**Key words:** Small cities. Theoretical and methodological approaches. Methodologies.

## 1 O DESAFIO POSTO E ALGUNS QUE O ENFRENTARAM

O que significa afirmar que uma cidade é pequena? Inicialmente, se consideramos as classificações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), assim como os seus critérios, estamos falando sobre o seu porte, nos limites de uma classificação orientada por quantidades. Entretanto, atrás destas quantidades se “escondem” uma gama de cidades – muito diversas entre si – que merecem uma “olhada” mais de perto. É importante que conheçamos as potencialidades da noção, suas possibilidades. Como local, em uma perspectiva teórica formal, a pequena cidade pode ser apenas um ponto, somatório de coisas e funções que ocupam uma posição no âmbito da rede de cidades, ao mesmo tempo que o caracterizam. Já se mudarmos nossa perspectiva teórica para uma abordagem de caráter processual, ancorada no cotidiano, veremos outros elementos que caracterizam esse lugar (não mais local), mais instáveis, mais sujeitos a processos, os quais dão espessura a pequena cidade, ou não. Pensamos que ambas as perspectivas são necessárias para uma avaliação mais adequada do que podemos chamar de pequena cidade. Ao longo deste artigo intencionamos construir um esboço de como ambas as formas de análise podem contribuir para o entendimento da noção.

Não é óbvia a definição de pequena cidade, sequer poderíamos dizer que existe uma definição. Neste artigo, inclusive, diremos a pequena cidade também como noção. Entretanto, há alguns pontos dessa discussão onde podemos surpreender alguma convergência, ainda que nunca uma concordância absoluta. São diferenciadas perspectivas teórico-metodológicas que procuram se ajustar às demandas explicativas da contemporaneidade. Inclusive aquelas mais clássicas, que perduram utilizando dados quantitativos como centrais no desenvolvimento de modelos explicativos, apesar dos problemas já reconhecidos das generalizações teóricas construídas a partir deles. Para ilustrar algumas dessas discussões, de caráter *mais* formal/funcionalista, citaremos alguns autores, os quais se fundamentam no dado quantitativo, como ponto de partida, para a classificação de cidades. Ressaltemos a expressão *como ponto de partida*, haja vista que estes autores também admitem a complexidade de se analisar a realidade atual das pequenas cidades, muito diversas entre si.

No mesmo artigo, mais adiante, como exemplo da mencionada convergência teórico-metodológica em alguns autores, apontaremos o exercício de superação dos dados quantitativos (como centrais no desenvolvimento de um esforço explicativo da realidade) realizado pelos mesmos, com o objetivo de se construir modos de caracterização da pequena cidade que consigam abarcar mais aspectos de sua complexidade. Por fim, reafirmaremos a necessidade de

enriquecermos o instrumental teórico-metodológico necessário para estudarmos a pequena cidade. Toda a discussão é desenvolvida através de um percurso bibliográfico por alguns autores nacionais que discutiram, ou discutem, o tema, pequenas cidades.

Iniciamos com Olanda (2006, 2008), o qual considera pequenas cidades aquelas cuja população não ultrapasse 20 mil habitantes, no âmbito do estado de Goiás apenas, uma observação importante que denota um certo cuidado, uma vez que o autor não defende essa generalização para todo o país, onde contextos regionais muito diversos entre si podem dar sentidos igualmente diversos a ideia de pequena cidade. O autor reconhece a heterogeneidade dessas cidades, mas a atribui a heterogeneidade de suas bases objetivas, de caráter social/material. Olanda dá relevo ao contexto regional (2006, 2008), no âmbito de uma reflexão predominantemente funcionalista, e explica que cidades de 50 mil habitantes, em Goiás - “fora da região metropolitana de Goiânia e do entorno de Brasília” (OLANDA, 2008, p. 187) – não podem ser chamadas pequenas em virtude dos papéis que elas cumprem “no conjunto das cidades do estado” (idem). Por fim o autor acolhe a existência de dois tipos de pequenas cidades: os polos microrregionais (ENDLICH, 2006) e as cidades locais (SANTOS, 2008a, 2008b, 2008c), sendo que estas são polarizadas por aquelas.

Bacelar também vai construir uma conceituação de pequenas cidades, com até dez mil habitantes, utilizando dados quantitativos relacionados e observando as funções que as mesmas desempenham. Notadamente o dado quantitativo de caráter populacional não surge ao longo de uma análise que o autor realiza a fim de construir um conceito, mas é, de fato, seu ponto de partida: Bacelar deseja observar características objetivas e mensuráveis capazes de dar unidade conceitual a pequenas cidades com até dez mil habitantes. Para tanto o autor se detém, por exemplo, em dados quantitativos que revelem os modos da sustentabilidade econômica dessas cidades. Conclui, entre outras coisas, que a maior parte delas dependem economicamente de repasses vindos de instâncias político-administrativas superiores, uma vez que suas respectivas arrecadações fiscais são escassas.

O autor, a partir da realidade dos dados quantitativos (que teve acesso), faz generalizações, ignorando, aparentemente, o desenvolvimento desigual, histórico, constitutivo do território. Bacelar usa os dados, secundários, para construir seus argumentos e como argumentos em si. O autor diz, com isso, fundamentar-se na realidade e afirma que as pequenas cidades brasileiras, com até dez mil habitantes, são geralmente estagnadas economicamente. Interessantemente, Bacelar, a partir dessa afirmativa, defende em determinado momento do seu texto, que o aprofundamento da análise das pequenas cidades somente poderá ocorrer mediante uma preocupação maior do pesquisador em tratar o cotidiano dessas cidades. Segundo ele, na pequena cidade se desenvolve a vida “baseada em códigos diferentes dos que regem a grande cidade, são códigos relacionais baseados na

personalidade [que abordaremos mais a frente neste artigo] e na maneira de se encarar a política (...)” (BACELAR, 2009, p. 13).

Santos, no livro *Espaço Dividido* ([1978] 2008a), colocou que a ambiguidade dos qualificativos utilizados para se referir à cidade, no mundo subdesenvolvido (no século XX), vinham dos critérios que os norteavam. O autor apontou o que, na época, ele chamaria de um “problema de taxonomia” (SANTOS, 2008a, p. 283). Segundo Santos, o problema ocorria em virtude da utilização de critérios de classificação orientados por quantidades, ou por funções, ambas, portanto, redutoras da condição da cidade. Feita a crítica, o autor propunha uma nova classificação, considerando a função da cidade e sua capacidade de organização do espaço imediato: “ter-se-iam as cidades locais, as cidades regionais, as metrópoles incompletas e as metrópoles completas” (idem, p. 283-284).

O mesmo autor retoma a crítica supracitada, da utilização de critérios quantitativos para fins classificatórios de cidades, no texto *As Cidades Locais no Terceiro Mundo*, publicado pela primeira vez em 1979 no livro *Espaço e Sociedade*, ou seja, pouco depois do livro *Espaço Dividido*. Santos evita usar a denominação pequena cidade por esta se remeter “a noção de volume da população” (SANTOS, 2008b, p. 86), de caráter quantitativo. O autor vai preferir o termo cidades locais, as quais “dispõem de uma atividade polarizante e, dadas as funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de *cidades de subsistência*” (SANTOS, 2008b, p. 87, grifo do autor). Para o autor a cidade local é indissociável das atividades agrícolas, só existe para prover as necessidades das atividades primárias que se desenvolvem no seu entorno e desapareceria sem elas. “A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades inadiáveis da *atividade* primária para servir às necessidades inadiáveis da *população*, com verdadeira ‘especialização da população’” (idem, grifo do autor). A essa afirmação o autor abre apenas exceção às atividades de mineração, uma vez que estas funcionam como “centro de atração de atividades não-primárias” (SANTOS, 2008b, p. 87, grifo do autor).

A cidade local, segundo Santos, tem uma relativa autonomia econômica, entretanto, ela “sempre se acha na periferia do sistema urbano” (SANTOS, 2008b, p. 92). Ainda assim o autor valoriza o papel articulador da cidade local, pois de acordo com ele: “as cidades locais desempenham um importante papel junto às zonas de produção primária, às quais permitem um consumo mais próximo daquele resto da população do país, provocando, como *feedback*, a expansão da economia urbana” (idem).

Fresca (2010) faz um desenvolvimento a partir dessa noção (cidade local) pensada por Milton Santos, com o intuito inquietador de assinalar a complexidade da realidade das pequenas

ciudades. A autora diferencia as cidades locais, discutidas por Santos, das pequenas cidades. Para Fresca, a cidade local, tal como discutida por Santos, comportaria uma “dimensão mínima a partir da qual é possível falar de uma verdadeira cidade (...) [entretanto] há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo” (FRESCA, 2010, p. 77). As pequenas cidades consistiriam, portanto, em todo esse universo de cidades que excedem o nível mínimo necessário a sua subsistência. Interessantemente, a autora realiza essa reflexão, sobre a pequena cidade, discutindo as transformações da cidade local pensadas por Santos no livro *Urbanização Brasileira*, publicado em 1993, quatorze anos depois do texto *As Cidades Locais no Terceiro Mundo*. Segundo Fresca, a cidade local discutida naquele livro de 1993 não é a mesma do texto anterior, obviamente. Esta se encontra mais claramente vinculada ao agronegócio do que aquela, ligada por sua vez ao consumo produtivo rural que a adaptou às suas necessidades. “As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas” (SANTOS, 2008c, p. 56). Nessa cidade local, a política provinciana é subordinada às técnicas modernas e ao mercado global. A “(...) cidade local deixa de ser a cidade no campo e se transforma na cidade do campo” (idem, p. 57), suporte para a ação do agronegócio, cuja razão está sediada geralmente em uma *região do mandar*. Para Fresca, essa nova cidade local tratava-se, na realidade, de uma forma da pequena cidade, visto que apresentava “dimensões físico-territoriais, populacionais e controle de parcela da mais valia”, em geral, superiores àquela cidade local inicialmente discutida por Santos.

Fresca admite a pequena cidade complexa, inserida em variadas redes que se interseccionam nela. Por/para afirmar essa complexidade, essa autora, em um artigo de 2001, critica o uso de dados quantitativos por si só como critério classificatório principal. Fresca os coloca como insuficientes, ao mesmo tempo que defende – para o entendimento das pequenas cidades – a ideia de inseri-las em uma rede urbana ou região.

Não deixa de ser interessante encontrarmos cidades cujas populações urbanas oscilam em torno de 2.000 habitantes e aquelas onde tal número chega próximo dos 50.000 habitantes, e ambas sejam consideradas pequenas. Assim, queremos crer que a caracterização de uma cidade como sendo pequena, esteja muito vinculada a sua inserção em uma dada área, região ou rede urbana (...). É preciso pois, o entendimento do contexto sócio econômico de sua inserção, como eixo norteador de sua caracterização, a fim de evitar equívocos e igualar cidades – com populações similares – que em essência são distintas (FRESCA, 2001, p. 28).

Beatriz Ribeiro Soares (2009) aponta os problemas da adoção do critério quantitativo em um texto apresentado no Simpósio de Geografia Urbana (Simpurb) de Manaus. Assim como

Fresca, a autora nos pede para prestarmos atenção, antes, no contexto regional que permeia e significa a cidade em questão. Cidades de pequeno porte populacional podem ter pouca importância em regiões bastante urbanizadas, mas em espaços pouco povoados, no Norte e no Centro-Oeste do território brasileiro, quaisquer aglomerações possuem grande importância para a articulação regional. Para Soares a pequena cidade ainda é um lugar de intersecção de fluxos e de articulação com outros lugares.

Endlich (2006) na qual discute o papel desempenhado pelas pequenas cidades na rede urbana paranaense, valoriza a contextualização regional do objeto, e aponta como pequenas cidades – que comportam entre cinquenta e cem mil habitantes (segundo o IBGE) – por possuírem “atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados” (ENDLICH, 2006, p. 53) cumprem funções de *polos microrregionais*, geralmente atribuídas às chamadas cidades médias.

Rita de Cássia da Conceição Gomes (2009) também em um texto apresentado no Simpurb (de Manaus) chega até a assumir a importância do dado quantitativo populacional, mas ainda assim o reconhece como uma simplificação por representar apenas uma variável da realidade multidimensional. A autora afirma a realidade complexa das pequenas cidades e descreve um cenário ainda mais intrincado para a adoção de critérios classificatórios. Para Gomes, as pequenas cidades não servem apenas para cumprir a função básica de “suprir as necessidades da zona rural que está em seu entorno” (GOMES, 2009, p. 130), como coloca Santos quando na sua reflexão sobre cidades locais, que a autora admite ser sinônima de pequenas cidades. Gomes dá exemplos da diversidade funcional dessas cidades na contemporaneidade. Segundo a mesma, no Rio Grande do Norte, que é onde se realiza seu estudo empírico, existem

(...) cidades [pequenas] que tem atividades ligadas ao setor de fruticultura irrigada, indústrias de confecções, mineração, produção de cerâmica e outras atividades, é possível perceber um processo de articulação que contempla outras determinações, inclusive de caráter internacional, ganhando, assim, grande significado no cenário urbano estadual (GOMES, 2009, p. 130).

Vale considerar que os argumentos de Gomes, criticando a perspectiva reducionista do conceito de cidades locais posto por Milton Santos, foram construídos mais de trinta anos depois daquelas reflexões. Gomes pensa sobre outro Brasil, outras pequenas cidades, circunstanciadas nessa era das redes, onde as mesmas se articulam com os grandes espaços urbanos, sem precisarem cumprir uma rígida hierarquia urbana.

Gomes vai além da descrição das pequenas cidades segundo as funções que as mesmas desempenham. A autora, nos limites de uma teoria de orientação marxista analisa as pequenas cidades no bojo de uma totalidade concreta e dialética. De acordo com Gomes, essas cidades, para serem compreendidas, precisam ser analisadas

a partir das relações que são estabelecidas no contexto urbano-regional em que se encontra[m], isto é, o que realmente vai definir a pequena cidade é a sua participação na divisão territorial do trabalho, uma vez que o entendimento da pequena cidade sugere a análise do processo de produção do espaço em sua totalidade (GOMES, 2009, p. 130).

Entretanto, a mesma autora faz uma ressalva: a (re)produção do espaço envolve mais do que relações de conteúdo econômico. Se quisermos entender a pequena cidade, precisaremos decifrar as racionalidades que lhes são internas, aquelas “baseadas em experiências vivenciadas” (idem, p. 131).

Henrique, em 2012, publica um artigo no qual pensa alguns critérios e métodos para entender as pequenas cidades. De início o autor já aponta, rapidamente, a dificuldade de se classificar o objeto. Para Henrique existe no atual momento, do ponto de vista funcional, uma grande diversidade de “tipos” de pequenas cidades, uma vez que a tendência destas à especialização funcional é maior.

Enquanto as grandes cidades terão um pouco de tudo, ou muito de tudo (...), as cidades pequenas serão muito mais diversas: cidades rurais, agrárias, industriais, comerciais, universitárias, dormitórios ou nenhuma das outras. (...). As cidades pequenas tendem a ser marcadas por algum elemento específico, que, ao mesmo tempo em que a identifica, cria uma forte dependência (HENRIQUE, 2012, p. 65-66).

Para Henrique, as pequenas cidades estão sendo integradas ao espaço urbano contemporâneo, em um processo no qual um conteúdo rural preexistente, anteriormente dominante, é transformado por um conteúdo urbano disseminado por agentes e processos diversos, os quais podemos considerar, num primeiro momento, como exógenos. Henrique cita a industrialização da agricultura e a universidade como alguns desses agentes e processos possíveis capazes de promover a urbanidade em uma pequena cidade. O autor é mais específico quando se refere às universidades:

O processo de instalação de objetos (universidade) com novos conteúdos e funções (educacional, serviços etc.) e, principalmente, com um novo perfil de morador (professores universitários, estudantes, servidores técnico-administrativos), carrega, sem dúvida, a urbanidade para essa pequena cidade, acarretando transformações observáveis no seu cotidiano, nas formas de relacionamento interpessoais entre os que nasceram nesses lugares e os que vieram de fora em função dos novos empregos, e que, na maioria das vezes, não estabelecem vínculos afetivos com essas cidades (HENRIQUE, 2012, p. 73).

Entretanto, o que chama atenção na discussão de Henrique sobre as pequenas cidades é o exercício de superação realizado, para construir uma perspectiva de entendimento do conceito, que vá além dos dados quantitativos e da descrição das funções que as cidades porventura desempenhem. O autor busca pensar a pequena cidade a partir de outras dimensões, que atravessam o cotidiano. Abordaremos essa perspectiva mais adiante.

Fresca aponta a relevância das pequenas cidades no momento atual, adquirida em virtude das novas condições postas pela reestruturação produtiva, aonde emergiram “outras demandas que possibilitaram o desempenho de novas centralidades no contexto das redes urbanas” (FRESCA, 2010, p. 77). Soares (2012) vai na mesma direção e aponta a mudança no paradigma tecnológico-produtivo como um forte contribuinte dos conteúdos que as pequenas cidades apresentam hoje. Para Soares, a substituição do fordismo pelo sistema de acumulação flexível – possível graças aos avanços nas tecnologias de comunicações e informática – vai contribuir para criar outros nexos entre as cidades. O sistema de acumulação flexível vai permitir a dispersão da cadeia produtiva por todo um território nacional e por vários territórios nacionais. A flexibilidade que o caracteriza impregna bem mais do que a organização do sistema produtivo industrial, torna-se de fato um conceito-chave para o entendimento do sistema produtivo como um todo. A flexibilidade está nas relações trabalhistas, na capacidade de transferência das plantas industriais de um lugar para outro, nas formas de transferência do capital virtual, digitalizado, nas normas que regulam as ações das grandes corporações nos diversos territórios nacionais.

Em uma reflexão que pode enriquecer essa perspectiva, Milton Santos (2006) aponta a constituição do meio técnico-científico informacional, em cujo contexto a ação corporativa torna-se crescentemente mais intencional e seletiva, ao mesmo tempo que mais abrangente, uma vez que em virtude das novas tecnologias os agentes hegemônicos podem conceber todo o território e todos os territórios.

Ora, com alguma ousadia, podemos associar, e não superpor, o sistema produtivo fordista ao meio técnico-científico, e o sistema de acumulação flexível ao meio técnico-

científico informacional. Afinal, Soares aponta a informação como fator eixo da estruturação do sistema de acumulação flexível, assim como Santos afirma o conteúdo informacional no meio contemporâneo. Assim, quando falamos de uma pequena cidade na contemporaneidade, também estamos localizando-a no período técnico-científico informacional.

O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas (...). o modo de vida metropolitano é simulado em todo e qualquer lugar; negando os tradicionais estilos de vida. A televisão, o cinema, e o próprio rádio são veículos dessa generalização do modo de vida moderno. A essa perspectiva, acrescenta-se, ainda, os sistemas de informação e comunicação por computador (DAMIANI, 2006, p. 136-137).

E quando falamos de pequenas cidades no Brasil, estamos pensando sobre pequenas cidades em um país emergente, aonde se reproduz um modo de periferia, no qual o processo modernizador pode se apresentar mais residualmente. Nessas cidades “(...) formas pré-capitalistas de produção ou não-capitalistas o tempo todo são reproduzidas, simultaneamente, ao modo de produzir especificamente capitalista” (DAMIANI, 2006, p. 137). No meio técnico-científico informacional, o processo de modernização é extremamente volátil, e centralizado por poucos núcleos e uma miríade de periferias (DAMIANI, 2006).

Em virtude da globalização que se cumpria (e se cumpre), Corrêa (1999) defendeu que, no final do século XX, se realizava uma refuncionalização das pequenas cidades, a qual pode se desenvolver de dois modos possíveis. O primeiro através de uma perda de centralidade, por conta de intervenções oriundas de espaços hegemônicos que se refletem na circulação e no processo produtivo da sua hinterlândia. E o segundo:

diz respeito à transformação do pequeno núcleo em razão do surgimento de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o, diferentemente, na rede urbana e nela introduzindo uma complexa divisão territorial do trabalho. As especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma *singularidade funcional*, entendida como características que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e de integração a esta mesma economia (CORRÊA, 1999, p. 50).

Alguns anos depois, Côrrea (2011) construiu e propôs cinco tipos ideais “que contemplassem unidades e diversidades das pequenas cidades”, e descrevessem o que na atualidade as constitui. São eles: a) os *lugares centrais*, localizados “sobretudo nas áreas

incorporadas à industrialização do campo” (CÔRREA, 2011, p. 11); b) os *centros especializados*, refuncionalizados “que desenvolvem atividades específicas, as quais lhes conferem uma identidade singular”; c) os *reservatórios de força de trabalho*, os quais “ocorrem tanto em áreas de povoamento recente (...), como em áreas integradas ao complexo agroindustrial”; d) “os *centros que vivem de recursos externos* [os quais] constituem, via de regra, antigos e decadentes lugares centrais localizados em áreas decadentes ou estagnadas” (CÔRREA, idem) e; e) os *subúrbios dormitório*, pequenas cidades localizadas a uma distância próxima de uma cidade maior. A pouca distância estimula e viabiliza migrações pendulares entre as pequenas cidades e aquela que as polariza.

## 2 NO LUGAR, PARA PENSAR AS PEQUENAS CIDADES:

Santos (2006) considera a cidade, qualquer cidade, independentemente do tamanho, lugar. Carlos (2007, p. 17) admite que a cidade pode ser um lugar, mas não qualquer cidade. A autora é mais específica:

O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 2007, pp. 17-18).

Para Carlos, a apreensão do lugar está ligada a sua percepção, portanto, esta se dá na escala do corpo. Ou seja, para onde formos, entre os dois autores, a pequena cidade é um lugar consumado. Resta pensarmos qual tipo de lugar.

Corrêa, balizado pela teoria das localidades centrais, discutindo a pequena cidade no âmbito da rede urbana, sem penetrar no cotidiano dela, nos descreve a baixa mobilidade – de uma perspectiva interurbana – de sua população residente. Segundo Corrêa, a baixa mobilidade espacial dessa população está “associada aos transportes pré-mecânicos e mesmo ferroviário, sendo inexistentes ou pouco usuais o caminhão e o automóvel” (CORRÊA, 1999, p. 45). Foi objetivo do autor justificar neste texto a alta densidade de pequenas cidades em determinadas áreas do território nacional. Trata-se de explicar o diálogo que se realizava, no final do século XX, entre a configuração da rede urbana brasileira e as dinâmicas do mercado daquele momento histórico.

Fresca, pouco mais de dez anos depois, observou a constituição de outras dinâmicas de mercado, onde “bens e serviços tornaram-se muito mais abrangentes em razão das necessidades ou imposições do sistema de consumo à população urbana” (FRESCA, 2010, p. 78), graças, inclusive, à internet. No meio técnico científico informacional, a pequena cidade tornou-se acessível a um sem número de influências vindas “de fora”, eventos, em relação aos quais, parece-nos difícil manter os lugares “intocados”, autocontidos e, até certo ponto, autossuficientes. O desenvolvimento da circulação, de um modo geral, conectou as pequenas cidades ao mundo, a outros lugares, de diversos modos, nem todos convenientes aos interesses de suas respectivas sociedades. Nela, como em qualquer outro *lugar*, se interseccionam uma infinidade de eventos, os quais podem, ou não, se refletir no cotidiano, e é nele, que algumas metodologias de pesquisa têm se “refugiado” a fim de encontrar processos e elementos explicativos das pequenas cidades como um todo, e em particular. “Reconhece-se que, a despeito de integrada a uma totalidade, cada sociedade pode definir particularidades, na medida em que produz seu espaço, sua história, incutindo nesse espaço seus desejos, projetos e modo de vida” (SOARES, 2012, p. 39).

Como já observamos, análises quantitativas e/ou qualitativas de caráter funcional, reduzem o significado da pequena cidade. Diversos autores têm se arvorado de metodologias que lhes possibilitem apreender outras dimensões dessa cidade que sejam úteis a caracterização dela como pequena. Para tanto, Maia (2009) afirma ser imprescindível o trabalho de campo nas cidades em questão. A autora discute, mais precisamente, a importância da observação direta, pois é através da “maior aproximação com essas localidades, que se pode apreender essas realidades” (MAIA, 2009, p. 155). Foram as observações em campo (realizado em pequenas cidades da Paraíba) que a permitiram sustentar ser a realidade, das pequenas cidades, fundada “na imbricação do campo na cidade ou ainda de uma vida rural na vida urbana” (idem). Uma imbricação que para ser desvendada precisa ser surpreendida no cotidiano da cidade em questão, ou seja, necessita ser apreendida no “conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades” (MAIA, 2009, p. 155).

Henrique (2012) também reconhece essa imbricação, nas pequenas cidades, entre o rural e o urbano. Para esse autor, as atuais conexões que ligam a pequena cidade ao mundo ou, usando os seus próprios termos, que a integram ao espaço urbano contemporâneo “coloca em choque um conteúdo rural (...) que preenchia grandemente essas cidades, e um conteúdo urbano que chega” (HENRIQUE, 2012, p. 66). É a fim de explicar essa imbricação a qual, para o autor,

constitui uma gradação entre o rural e o urbano, que o mesmo se utiliza de uma dupla de conceitos: o arquétipo rural e o arquétipo urbano. A realidade da pequena cidade, no caso, não pode ser traduzida por um dos dois arquétipos, uma vez que ambos se referem a tipos ideais. Precisamente as pequenas cidades se desenvolvem sempre em algum ponto entre ambos os extremos arquetípicos, os quais vale chamar atenção às características e elementos que os distinguem: o arquétipo rural está ligado ao local, ao sentido de pertencimento, à comunicação *vis-à-vis*, às temporalidades da natureza; enquanto que o arquétipo urbano se liga ao global, à temporalidade homogeneizante do capital, às redes, à informação e ao seu fluxo (HENRIQUE, 2012).

As pequenas cidades onde predominam o arquétipo urbano são palcos da ação estratégica, nós da rede global que as inserem nos processos necessários à reprodução do capital, são, enfim, espaços apropriados – ou apropriáveis – pelo meio técnico-científico-informacional. Já as pequenas cidades onde predominam o arquétipo rural se aproximam do *lugar* conceitual típico, aquele de feição intimista, considerado por muitos teóricos como a última “trincheira” da tradição e da comunidade orgânica. Henrique, a fim de reconhecer as manifestações fenomênicas das intensidades de ambos os arquétipos, que vão singularizar as pequenas cidades relacionadas a seu empírico, também se debruça através da observação direta – assim com Maia – sobre o cotidiano que se realiza nelas. O autor fotografa e descreve cenas cotidianas pertinentes a seu esforço explicativo acerca das pequenas cidades.

Gomes (2009, 2012) também observa a importância de se pensar o lugar no estudo das pequenas cidades.

[A] análise e a compreensão da pequena cidade requer que sejam considerados os laços de sociabilidade que são construídos ao longo da história de vida cotidiana do povo e do lugar. Por isso, faz-se mister, (...) uma investigação no âmbito da cotidianidade social e dos processos de sua construção (GOMES, 2009, p. 131).

A autora faz várias colocações no sentido de afirmar a relevância dessa perspectiva de análise, no caso específico das pequenas cidades. Segundo Gomes, a lógica do cotidiano dessas cidades se expressa de forma diversa daquela que explica a (re)produção do capital, de um modo geral. Trata-se de uma lógica que estimula as relações sociais de conteúdo afetivo e, por conseguinte, a dimensão comunicacional associada a elas. São tais relações que vão engendrar as feições socioespaciais responsáveis pela forma e pelo conteúdo de cada momento histórico vivenciado (GOMES, 2009).

Em um artigo mais recente sobre o tema, ilustrado por um estudo de caso, Gomes (2012), como os outros autores supracitados, demonstra que se debruçou sobre o cotidiano das pequenas cidades que constituíam seu universo amostral através de um trabalho de campo. A autora coloca, no texto, que aplicou entrevistas e, confirma um exercício de observação direta do cotidiano das cidades referidas conforme está demonstrado na citação abaixo:

A pesquisa empírica também nos proporcionou a constatação da permanência de formas tradicionais de venda, a exemplo da utilização de fichas individuais de clientes e promissórias, bem como da caderneta de fiado. A utilização de cheque e de cartão de crédito embora existente, ainda é inexpressiva no contexto comercial dessas cidades, sugerindo que as lógicas locais, baseadas na manutenção de relações de amizade e de confiança entre o consumidor, também chamado de freguês devido à frequência e preferência ao estabelecimento, e o comerciante, são determinantes nas relações de compra e venda. Isto porque, muitos comerciantes enxergam com certa desconfiança essas formas modernas de venda (GOMES, 2012, p. 132).

Soares também reconhece a importância de se imergir no lugar pequena cidade. A autora parafraseia Carlos (2007) para justificar esse percurso teórico-metodológico. Para Soares, um caminho para se reconhecer a singularidade de cada cidade, ou sua identidade, como prefere denominar. A autora coloca a importância da observação direta, não claramente, mas quando afirma que a referida identidade está “refletida na fisionomia urbana, nos costumes e nas tradições, cujos elementos são revelados no cotidiano. Dessa forma, o cotidiano deve ser compreendido no contexto social em que o espaço é produzido, envolvendo a totalidade que determina essa produção. As particularidades construídas historicamente (...) definem a identidade de cada lugar” (SOARES, 2012, p. 39).

Soares, a fim de demonstrar sua abordagem teórico-metodológica, descreve a dinâmica de uma festa de uma pequena cidade do Rio Grande do Norte, ao mesmo tempo que assinala a importância dessas festas, muito próprias de cada cidade, para a economia de cada uma, e às vezes para a economia da região da qual faz parte.

Vale observar outros autores que privilegiam a dimensão cultural a fim de dar maior relevância ao cotidiano em um empreendimento de compreensão das pequenas cidades. Podemos citar, por exemplo, a professora Joseli Maria Silva, a qual afirmou serem as relações sociais “marcadas pelos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana e que estabelecem um sentido particular no processo de produção da cidade” (SILVA, 2000, p. 9). A autora, nesse artigo, apontou a necessidade do pesquisador geógrafo realizar novos esforços metodológicos a fim de “lidar com a relatividade das questões que se colocam quando se

defronta com a diversidade cultural” (SILVA, 2000, p. 17). Silva fez uma útil reflexão sobre as possibilidades de análise da pequena cidade quando nos admitimos observá-la através de outras “lentes” teóricas.

Berger e Luckmann (apud SILVA, 2000) afirmam que, entre a sociedade e o ambiente, se estabelece uma relação dialética (mediada pela cultura), graças a qual, se pode dizer, é dada a sociedade a capacidade de se autocriar continuamente, ou seja, de se renovar continuamente, o que implica em mudanças de toda qualidade no conjunto das representações constitutivas daquilo que pode se denominar de cultura ou, nas palavras da autora, da dimensão subjetiva da relação entre os indivíduos e o espaço. E aqui está o problema posto por Silva: como apreendermos geograficamente essa dimensão subjetiva? A autora começa a resposta, ou um esboço de uma resposta que talvez ainda esteja respondendo, apontando possíveis recortes espaciais mais adequados. O lugar desenvolvido pela teoria fenomenológica é sua opção inicial, mas aí não se aprofunda, mas o guarda para usá-lo mais adiante. Ao longo do texto, Silva privilegia as possibilidades analíticas do território, uma conceituação metodologicamente mais flexível do que aquela geralmente tratada pela geografia clássica, de caráter político estatal. A autora reivindica um conceito de território capaz de dar conta das dinâmicas características das sociedades complexas, de contemplar um conteúdo identitário, ou simbólico-cultural, assim como outras formas de política, que não somente aquela estatal.

A autora pretende, com suas opções teóricas, distinguir territorialidades diversas que podem se expressar, na *cidade*, compondo “um mosaico de territórios estabelecidos de maneira simultânea e sobreposta, como uma teia de relações entre os grupos e indivíduos” (SILVA, 2000, p. 22). Tais grupos e indivíduos que “fazem parte de uma territorialidade resistem, estabelecem pactos e influenciam a formação de outros territórios” (idem, p. 23).

Realizada sua opção pelo território como recorte geográfico para análise da dimensão subjetiva que se expressa, também, no espaço, a autora faz outra opção teórico-metodológica: agora pela vida cotidiana, aonde se desenvolvem, segundo Silva, as “condutas subjetivamente dotadas de sentido” (SILVA, 2000, p. 24) graças a repetição e ao costume que as transforma em naturais e ordenadas. Silva dá “pistas” sobre a análise da vida cotidiana nas *pequenas cidades*, a qual pode contribuir para explicar suas respectivas formas e conteúdos naquilo que as tornam particulares, uma vez que a “vida cotidiana é estruturada espacial e temporalmente de modo diferente em cada sociedade” (idem, p. 25). E continua: as pequenas cidades “apresentam relações sociais a partir de códigos particulares e constituem territórios específicos, cuja lógica só pode ser entendida no desenrolar de sua vida cotidiana,

mergulhando-se no universo cultural que lhes dá sentido” (idem, p. 25). Uma afirmação que, de certa forma, legitima e exige a observação direta (quicá participativa) do objeto (pequena cidade) como procedimento metodológico imprescindível.

A autora não abandona a categoria lugar e retorna a ela, citando Holzer, para quem território é um conjunto de lugares e itinerários, “formas de uso e apropriação do espaço que constituem chaves para *leitura, entendimento e orientação* na cidade” (SILVA, 2000, p. 31, grifo nosso). Para Silva, são através dos itinerários que “os sujeitos observam e apreendem a cidade e criam sua imagem” (idem, p. 30), assim como reforçam laços de sociabilidade (e relações de conflito?) quando os percorrem.

Outro procedimento metodológico valorizado pela autora é a coleta, por parte do pesquisador, de relatos das experiências dos *insiders* em relação ao espaço. Nesse ponto Silva cita Michel de Certeau, para quem o relato é uma descrição parcial, e criativa, do espaço experienciado por aquele que a faz e, portanto, capaz de oferecer um campo rico a análise de espacialidade.

Fazemos notável a noção de pessoalidade, observada pela autora, a qual se realiza bastante visível nas pequenas cidades em virtude da forma como se processa o reconhecimento social nestas sociedades. De acordo com Silva (2000), a pessoalidade, já que o anonimato é impossível, é conteúdo indissociável na constituição das redes sociais dos diversos grupos e indivíduos presentes nas pequenas cidades. Redes sociais que, por sua vez, conformam o capital relacional característico de cada um desses grupos e indivíduos, e que vão influenciar no tipo de trocas, simbólicas e/ou materiais, a serem realizadas (ou não) entre os mesmos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

As pequenas cidades apresentam, contemporaneamente, uma diversidade inusitada de papéis que dialogam com variadas demandas verticais e horizontais. As verticais, vindas dos agentes hegemônicos através das redes, que possibilitaram a eles uma ação muito mais “carregada” de intencionalidade, por conta da variável informacional agregada; e não apenas isso, visto que graças a uma infraestrutura constantemente aperfeiçoada para o fluxo material e imaterial, essa ação, crescentemente adaptada aos seus objetivos, tem mais opções de locais/lugares onde pode atuar. E aqui falamos das demandas horizontais – provenientes do imediato entorno da pequena cidade, ou de seu próprio espaço intraurbano – manifestas por sujeitos que precisam da cidade como espaço vivido, e não como suporte de suas ações. **Sujeitos**

que comportam uma particularidade: são indivíduos que partilham de uma sociabilidade comum, se conhecem, possuem vínculos entre si. Afinal, a maior parte deles mora e/ou trabalha em uma pequena cidade.

De fato, conhecer um espaço tão constantemente tensionado pelas demandas apresentadas precisa envolver abordagens teórico-metodológicas que não se resumam a somente uma dimensão desse objeto, pequena cidade. Um cenário tão complexo, dinâmico e intricado deve ter muita coisa para mostrar e ser pensada, e dita. Quantidades, somente, não o explicam, assim como não o explicam sua paisagem pensada isoladamente. A pequena cidade, obviamente, é histórica e faz parte de uma totalidade, comporta um cotidiano especial, e é um lugar, ou conforma lugares e/ou territórios, a depender do caminho teórico-metodológico que se tome. Precisamos entendê-la na sua particularidade e na sua unicidade. Citamos uma conclusão de Doralice Sátyro Maia, cuja experiência empírica acerca da pequena cidade a levou para estas palavras:

(...) cabe dizer que a cidade e o urbano na Paraíba são produtos e representantes de um processo global de produção, onde as pequenas cidades constituem-se em semicolônias das metrópoles e das megalópoles, mas que também apresentam particularidades e singularidades bastante diversas desse movimento dominante e homogeneizador que precisam ser apreendidas se quisermos entender essas realidades. (...), faz-se necessário a apreensão sensível das cidades de tempos lentos (MAIA, 2009, p. 156).

#### 4 REFERÊNCIAS

BACELAR, Winston K. de Almeida. Pequena cidade: uma caracterização. In: V Encontro de Grupos de Pesquisa: agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, 2009, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2009, pp. 1-19.

CARLOS, Ana F. A.. **O Lugar do/no Mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O\\_lugar\\_no\\_do\\_mundo.pdf](http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O_lugar_no_do_mundo.pdf).

CORRÊA, Roberto L.. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 6, jan./jun., 1999.

DAMIANI, Amélia L.. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amália I. G. de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L. (orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, 2006, pp. 135-147.

ENDLICH, Ângela M.. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

FRESCA, Tânia M.. Em defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, nº 1, pp. 27-34, jan./jun., 2001.

FRESCA, Tânia M. Centros Locais e Pequenas Cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, vol. 9, núm. 20, setembro-dezembro, pp. 75-81, 2010.

GOMES, Rita de C. Da C.. Buscando Compreender as Pequenas Cidades. In: OLIVEIRA, José A. de. (org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, pp. 125-137.

\_\_\_\_\_. Pequenas cidades e dinâmicas de inserções no processo de globalização: uma leitura a partir da realidade brasileira. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Porto, nº 2, dezembro, pp. 117-138, 2012.

HENRIQUE, Wendel. Do Rural ao Urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. In: DIAS, Patrícia C., SANTOS, Jânio (orgs.). **Cidades Médias e Pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI, 2012, pp. 63-80.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las?. In: OLIVEIRA, José A. de. (org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, pp. 138-158.

OLANDA, Elson Rodrigues. A pequena cidade e a cidade local no estado de Goiás, Sacrerlândia um exemplo?. **Polyphonia/Solta a voz**, Goiânia, vol. 17, nº 1, p. 35-51, maio 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/sv/article/view/6209/4717>>

\_\_\_\_\_. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, vol. 2, nº 2, pp. 183-191, agosto 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: razão e emoção**. 4 ed.. São Paulo: EDUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1978] 2008a.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1993] 2008c.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 5, n° 2, pp. 9-37, inverno, 2000.

SOARES, Beatriz R.. **Pequenas Cidades**: uma revisão do tema. In: OLIVEIRA, José A. de. (org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, pp. 117-124.

\_\_\_\_\_. Contradições, Mudanças e Permanências nos Espaços Urbanos Nordestinos. In: DIAS, Patrícia C., SANTOS, Jânio (orgs.). **Cidades Médias e Pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012, pp. 19-46.